

Engenharia

Condições Contratuais

Projeto Nº.
888121870

Allianz Portugal

Allianz

Equipamento Electrónico

PORTIMAO 13 Junho 2013

JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Caro(a) Cliente,

Em anexo, temos o prazer de lhe enviar a nossa melhor Cotação, para o contrato de seguro que nos solicitou.

A presente simulação foi efetuada com base nos dados declarados e tendo em consideração as tarifas vigentes à data da sua realização, pelo que, os valores nela apresentados são meramente indicativos e sem qualquer validade contratual.

Caso aceite as condições da Cotação aqui apresentada, a Apólice a emitir terá por base os dados constantes desta simulação, podendo, no entanto, as condições definitivas e os prémios de seguro ficar condicionados à análise de risco, a efetuar pela Allianz Portugal.

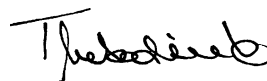
Declaramos ainda que esta simulação tem caráter meramente informativo, pelo que, não constitui documento de apólice, tal como definido pelos Art.ºs 32º a 38º do Decreto-Lei 72/2008, de 16 de Abril.

Na expectativa do seu contacto, ficamos inteiramente ao seu dispor para qualquer esclarecimento que achar conveniente.

Atentamente

JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.



Allianz 

ÍNDICE

Parte I	3
CONDIÇÕES PARTICULARES	
CAPÍTULO I	
Dados identificativos	3
CAPÍTULO II	
Condições Especiais	5
Fenómenos Sísmicos	5
Equipamentos Portáteis (Furto ou Roubo)	5
Cláusula de Exclusão "E-Risk" (NMA 2914)	6
Exclusão de Actos de Terrorismo e de Sabotagem de Exclusão "E-Risk" (NMA 2920)	6
Parte II	7
CONDIÇÕES GERAIS	
Definições, Objecto e Garantias do Contrato e Âmbito da Cobertura	7
Obrigações do Tomador de Seguro e do Segurado	10
Obrigações da Seguradora	10
Valor Seguro	10
Formação e Alterações do Contrato	10
Duração do Contrato	11
Prémios	12
Sinistros	13
Indemnizações	13
Disposições Finais	15

Parte I**CONDIÇÕES PARTICULARES****CAPÍTULO I****Dados identificativos**

Tomador do seguro **JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA**
R. QTA TROIA ED O PRESIDENTE LJ, n. 36, 0, 0, 0, 0
8500-550 PORTIMAO - 36
NIF 508426804

Nº Projeto e duração **Nº Projeto:** 888121870
Em vigor desde as 17:11 horas de 13/06/2013 até às 24:00 horas de 12/06/2014.

Mediador **JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA** 820 1005612
QTA TROIA ED - O PRESIDENTE - LOJA 36
8500-550 PORTIMAO
Tel: 282498025
jlmseguros@gmail.com

Local de Risco EM TODO O TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Capitais Seguros / Limites de Indemnização: 45.000,00 EUROS

RISCOS BÁSICOS

Danos materiais em consequência directa dos riscos identificados nas alíneas a) e b) do Artº 4º das

Condições Gerais 45.000,00 EUROS

Fenómenos Sísmicos 45.000,00 EUROS

RISCOS OPCIONAIS

Aumento custos de operação Não contratado

Perdas de Exploração (Luc. Cess) Não contratado

Recuperação de Arquivos Não contratado

Terrorismo Não contratado

Prémio Prémio anual da apólice: **346,50€**
(a este montante acresce o valor correspondente aos encargos e encargos legais)

Ref.:	Prémio	346,50€
Período: de 13/06/2013 a 12/06/2014	Encargos	0,00€
Fracionamento de prémio: Anual	Encargos Legais	44,70€
Total recibo		391,20€

**Linhas de
Atendimento**

A Allianz Portugal dispõe de um Centro de Contacto com Clientes, que funciona de 2ª a 6ª feira entre as 08:30 e as 19:00 horas.

Tem uma equipa vocacionada para o ajudar nas mais diversas situações:

- Informações sobre os seus seguros;
- Informações sobre os produtos Allianz;
- Apoio no preenchimento de formulários;
- Reclamações

Contacte-nos para:

Telefone: 213 108 300

(do estrangeiro) +351 213 108 300

Fax: (+351) 213 165 570

e-mail: info@allianz.pt.

Também nos pode contactar por correio, para:

Rua Andrade Corvo, 32.1069-014 Lisboa
Portugal

Provedor do Cliente:

- Por Correio: Rua Andrade Corvo, 19, 1069 - 014 Lisboa;
- Por e-mail: provedordocliente@allianz.pt;
- Por Telefax: 213 153 240; ou
- Por Telefone: 213 165 301.

PROJETO

CAPÍTULO II

Condições Especiais

Fica acordado e entendido pelas partes, que as Condições Gerais da presente Apólice se aplicam ao presente contrato, quando não estejam em contradição ou não tenham sido derogadas pelo estabelecido nas presentes Condições Especiais.

A. Relação de Bens Seguros em Vigor

Bem seguro	Marca, modelo, identificação	Ano fabrico	Capital euro	Franquia euro	Data inclusão
Equipamento topográfico portátil	estação total	2010	30.000,00	500,00	13-06-2013
Equipamento topográfico portátil	gps em tempo real	2010	15.000,00	500,00	13-06-2013

B. Franquias a cargo do Segurado

Em caso de sinistro ficarão a cargo do Tomador do Seguro/ Segurado as seguintes franquias:

Cobertura base, Fenómenos sísmicos, Tempestades, Inundações:

- Equipamentos Fixos (se aplicável): O valor acima indicado
- Equipamentos Portáteis (se aplicável): 20% dos prejuízos mínimo o valor acima indicado

1. Fenómenos Sísmicos

Pela presente Condição Especial, fica expresso e acordado que, em complemento aos termos, condições e exclusões, contidos no presente Contrato ou nele mencionadas, através desta cobertura, passam a ficar também garantidos os riscos de Fenómenos Sísmicos.

Artigo 1.º Âmbito da Cobertura

A. Nos termos desta Condição Especial, o presente contrato garante o pagamento dos danos causados aos bens seguros, em consequência de acção directa de tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos e fogo subterrâneo e ainda incêndio e/ou explosão resultante destes fenómenos;

B. Considera-se como um só e único sinistro, os fenómenos ocorridos dentro de um período de 72 horas após a constatação dos primeiros prejuízos verificados nos objectos seguros.

2) Os danos em equipamentos seguros pelo contrato cujo local de risco seja em construções que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data de construção e cuja estrutura, paredes exteriores e cobertura não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes (designadamente madeira, placas de plástico, betão armado, alvenaria e telha cerâmica), nem quaisquer objectos que se encontrem no interior das construções acima mencionadas;

3) Os danos nos bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, o edifício já se encontrava danificado, defeituoso, desmoronado ou deslocado das suas fundações, de modo a afectar a sua estabilidade e segurança global;

4) Satisfeita a indemnização, a Allianz Portugal tem direito de regresso relativamente às quantias despendidas contra qualquer terceiro, que seja contratualmente responsável, na sua qualidade de fornecedor, montador, construtor ou projectista da coisa segura, caso se apure que os danos não se teriam verificado se tal terceiro tivesse cumprido as suas obrigações contratuais.

Artigo 2.º Exclusões

Ficam excluídos desta Condição Especial:

1) Os danos já existentes à data do sinistro;

2. Equipamentos Portáteis (Furto ou Roubo)

Pela presente Condição Especial, fica expresso e acordado que, em complemento aos termos, con-

dições e exclusões, contidos no presente Contrato ou nele mencionadas, através desta cobertura, passam a ficar também garantidos os riscos de perdas ou danos materiais verificados, nos bens seguros móveis ou portáteis, descritos nas Condições Particulares, durante a sua utilização e/ou quando do seu transporte por terra, no exterior do local do risco, mas dentro dos limites territoriais especificados.

Artigo 1.º Exclusões Específicas desta Condição Especial

A Allianz Portugal só responderá pelos danos resultantes de furto ou roubo e/ou assalto a um veículo terrestre se:

- 1) O veículo tiver tecto fixo;
- 2) O veículo estiver estacionado, devidamente fechado com chave;
- 3) O furto ou roubo for levado a efeito entre as 7.00 e as 21.00 horas. Esta restrição não se aplica a veículos que se encontrem estacionados em garagem fechada com chave;
- 4) O bem seguro se encontrar no porta-bagagens do veículo, sem ser visível.

Artigo 2.º Franquia específica desta Condição Especial

Em todo e qualquer sinistro, o Tomador de Seguro e/ou do Segurado suportarão 25% do valor seguro.

3. Cláusula de Exclusão "E-Risk" (NMA 2914)

Artigo 1.º Exclusão de Dados Electrónicos

Independentemente de qualquer disposição em contrário nas Condições Gerais, Particulares e Especiais da Apólice, fica estipulado e convencionado que:

A. Este contrato não garante perdas, danos, destruição, distorção, eliminação, corrupção ou alteração de Dados Electrónicos, independentemente da causa (incluindo, mas não limitado a, Vírus Informático) ou perda de uso, redução na funcionalidade, custos, todo e qualquer tipo de despesas daí resultantes, independentemente de existir ou não outra causa ou evento que contribua concorrentemente ou noutra sequência para a perda. Para efeitos do número anterior entende-se por:

- 1) **Dados Electrónicos:** Factos, conceitos e informação convertida em forma utilizável para comunicações, interpretação e processamento por equipamento electrónico e electromecânico de processamento de dados ou equipamento electronicamente controlado e incluindo programas, software, e outras instruções codificadas para o processamento e manipulação de informação ou a operação e manipulação do equipamento;
- 2) **Vírus Informático:** Conjunto de instruções ou códigos não autorizados (incluindo aqueles que são introduzidos de forma maliciosa) que cor-

rompem e danificam e se propagam por si próprios nos sistemas e redes informáticas. O conceito de Vírus Informático inclui, mas não fica limitado aos vírus do tipo "Cavalos de Tróia", "Vermes", "Bomba Relógio" ou "Bomba Lógica".

B. No entanto, caso ocorra um dos riscos abaixo mencionados, em consequência de algum facto descrito no n.º 1, este contrato, sujeita a todos termos e exclusões previstos nas Condições Gerais, Particulares e nesta Condição Especial, garantirá os Danos Materiais, directamente causados aos Bens Seguros, ocorridos durante o período do contrato e resultantes de:

- 1) Incêndio e/ou
- 2) Explosão.

4. Exclusão de Actos de Terrorismo e de Sabotagem de Exclusão "E-Risk" (NMA 2920)

Artigo 1.º Exclusões

A. Fica expressamente acordado que o presente contrato, exclui, perdas, danos, custos ou despesas de qualquer natureza, directa ou indirectamente causadas por, resultantes de, ou em ligação com:

- 1) Actos de Terrorismo;
- 2) Sabotagem.

Para efeitos do número anterior entende-se por:

- 1) **Acto de Terrorismo:** um acto com motivações políticas, religiosas, ideológicas ou étnicas, com a intenção ou o propósito de influenciar as autoridades e/ou Governos, e/ou lançar o pânico e/ou o medo na população em geral ou em parte da população, que inclua (mas não se limitando a) o uso de força ou de violência, e/ou ameaças daí resultantes, praticados por qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos, em nome ou em ligação com qualquer organização(ões) ou autoridades e/ou Governos actuando quer isoladamente quer a mando destes;
- 2) **Acto de Sabotagem:** um acto de destruição, que impossibilite o funcionamento ou desvie dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população, com a intenção de destruir, alterar ou subverter o Estado de direito constitucionalmente estabelecido, praticado por qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos.

B. Ficam igualmente excluídos perdas, danos, custos ou despesas sejam de que natureza forem, directa ou indirectamente causadas por, resultantes de, ou em ligação com quaisquer acções tomadas como objectivo de controlar, prevenir, suprimir ou de qualquer forma relacionada com um Acto de Terrorismo. 3. Cabe ao Tomador de Seguro e/ou Segurado, o ónus da prova de que quaisquer perdas, danos, custos ou despesas que não se enquadrem nesta exclusão.

Parte II

CONDIÇÕES GERAIS

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA. e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelecem entre si o presente Contrato de Seguro de Equipamento Electrónico que se regula por estas Condições Gerais, pelas Condições Especiais aplicáveis e pelas Condições Particulares desta Apólice, de harmonia com as declarações constantes da Proposta e demais informações complementares que lhe serviram de base e que dela fazem parte integrante.

A Allianz Portugal garante ao Tomador de Seguro e demais partes contratantes que o presente contrato obedece a todos os princípios, direitos e obrigações legais, decorrentes da legislação aplicável aos Contratos de Seguro, mesmo que tal não decorra expressamente do descrito nesta Apólice.

Capítulo I

Definições, Objecto e Garantias do Contrato e Âmbito da Cobertura

Artigo 1.º Definições

Para efeito do presente Contrato, considera-se:

- a) **Seguradora:** A entidade legalmente autorizada a exercer a actividade seguradora, adiante designada, abreviadamente, por Allianz Portugal, e que subscreve, com o Tomador de Seguro o presente contrato;
- b) **Tomador de Seguro:** A pessoa singular ou colectiva que subscreve o presente contrato sendo responsável pelo pagamento dos prémios;
- c) **Segurado:** A pessoa singular ou colectiva identificada nas Condições Particulares, que pode coincidir ou não com o Tomador de Seguro, e que é titular dos bens, valores, interesses ou obrigações que constituem o objecto do seguro;
- d) **Sinistro:** Qualquer acontecimento de carácter fortuito, súbito e imprevisto susceptível de fazer funcionar as garantias do contrato;
- e) **Acidente:** Entende-se por acidente o acontecimento provocado por uma causa súbita, externa e violenta, alheia à vontade do Segurado, que produza um dano no equipamento seguro;
- f) **Franquia:** Quantia a cargo do Segurado em caso de sinistro, em montante estipulado nas Condições Particulares;
- g) **Prémio Comercial:** Custo teórico médio das coberturas do contrato, acrescido de outros custos, nomeadamente de aquisição e de administração do contrato, bem como de gestão e de cobrança;
- h) **Prémio Bruto:** Prémio comercial, acrescido das cargas relacionadas com a emissão do contrato, tais como fraccionamento, custo de Apólice, actas adicionais e certificados de seguro;
- i) **Prémio Total:** Prémio bruto acrescido das cargas fiscais e para fiscais e que corresponde ao preço pago pelo Tomador de Seguro à Allianz Portugal pela contratação do seguro;
- j) **Bens Seguros:** As máquinas, instalações ou equipamentos designados nas Condições Particulares;
- k) **Componente ou Elemento Electrónico:** A unidade a substituir normalmente em caso de reparação (unidade de substituição);
- l) **Unidade de Substituição:** Ver "Componente ou Elemento Electrónico";
- m) **Local do Risco:** As localidades, o imóvel ou o terreno da empresa do Segurado indicado nas Condições Particulares;
- n) **Acordo de Manutenção:** Prestação regular de serviços de controlo, manutenção e reajustamento de funções efectuada pelo fabricante, fornecedor dos bens seguros ou firma especializada que consista em: verificação periódica do estado de funcionamento; manutenção preventiva; eliminação de defeitos ou reparações devidas a uso ou desgaste normais; eliminação de falhas e/ou reparações de danos devidos ao funcionamento normal sem envolvimento de quaisquer factores externos;
- o) **Arrombamento:** O rompimento, fractura ou destruição no todo ou em parte de qualquer elemento ou mecanismo que sirva para fechar ou impedir a entrada no local de risco ou lugar fechado dele dependente;
- p) **Chave Falsa:** As chaves imitadas, contrafeitas ou alteradas e as chaves verdadeiras, quando, fortuita ou sub-repticiamente, estejam fora do poder de quem tiver o direito de as usar, as gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir fechaduras ou outros dispositivos de segurança;
- q) **Escalamento:** A introdução no local de risco ou lugar fechado dele dependente, através de telhados, portas, janelas, paredes ou por qualquer construção que sirva para fechar ou impedir a entrada ou passagem e, bem assim, por abertura subterrânea não destinada a entrada;
- r) **Custos de Aquisição:** O somatório dos custos de embalagem, transporte, montagem, colocação em serviço e impostos;
- s) **Evento de Dano Único:** O somatório de todas as ocorrências verificadas dentro das 12 horas imediatamente posteriores ao início da constatação do primeiro dano nos bens seguros, que agravem a dimensão do dano ou risco seguro;
- t) **Evento Imprevisto:** O evento que o Tomador de Seguro, o Segurado e/ou os seus legais representantes não tenham podido prever oportunamente;
- u) **Valor Actual:** O "valor de reposição em novo" deduzido do valor correspondente à depreciação, face ao estado técnico do bem, imediatamente antes da ocorrência do sinistro, nomeadamente devido a envelhecimento ou desgaste;
- v) **Valor de Reposição em Novo:** O preço de aquisição de um bem seguro novo com idênticas características, capacidades e rendimento, eventuais descon-

tos ou preços reduzidos de que o Segurado tenha beneficiado não serão considerados (acrescido dos custos de embalagem, transporte, instalação e colocação em serviço, bem como dos eventuais impostos, excepto o Imposto Sobre o Valor Acrescentado quando este for dedutível pelo Segurado). Para aqueles bens que já não se fabricam, considera-se como preço de aquisição o da última lista de preços conhecida, ajustado de acordo com a evolução do índice de preços e salários. Se não existir uma de lista preços, será o valor determinado por um perito, como sendo o necessário para produzir um bem novo com as mesmas características técnicas do seguro.

Artigo 2.º Objecto do Contrato

- A. Nos termos do presente contrato a Allianz Portugal indemnizará o Segurado pelos danos materiais directamente causados aos bens seguros, incluindo o software dos respectivos sistemas operativos, sempre que estes estejam prontos para operar e sejam utilizados em actividades profissionais conforme o prescrito pelos fabricantes.**
- B. Uma instalação considera-se pronta para operar quando, após realizados com êxito os respectivos ensaios, está disponível para funcionar. A responsabilidade da Allianz Portugal mantém-se durante as interrupções temporárias de funcionamento devidas a trabalhos de manutenção, revisão, limpeza, beneficiação ou instalação noutra posição.**

Artigo 3.º Local do Risco

- A. As garantias deste contrato são aplicáveis exclusivamente dentro do local do risco.**
- B. As garantias deste seguro são também aplicáveis durante o transporte ou armazenamento dos bens seguros dentro do local do risco.**
- C. Mediante expressa declaração nas Condições Particulares, poderão ficar garantidos pelo presente contrato os bens transportados ou utilizados em quaisquer veículos terrestres, embarcações ou aeronaves.**

Artigo 4.º Danos e Riscos Seguros

Considera-se que um dano está seguro:

- A. Quando um bem seguro for danificado ou destruído por um Evento Imprevisto que afecte o seu funcionamento. Ficam, nomeadamente, mas não exclusivamente, e desde que não se encontrem expressamente excluídos da cobertura do presente contrato, garantidos os danos causados por:**
- 1) Negligência, manejo inadequado, falta de habilidade, erro de operação, dolo ou actos maliciosos de terceiros;**

- 2) Incêndio - com ou sem chama -, explosões de qualquer natureza, implosão, queda directa de raio, queda de aeronaves, bem como extinção, demolição e remoção ou extravio durante estes eventos;**
- 3) Água proveniente de rebentamento de canos ou esgotos, inundações, acção de geadas, vapores e humidades, bem como de líquidos de qualquer outro tipo;**
- 4) Tempestades, acção de ventos, granizo, queda de rochas;**
- 5) Erro de desenho, material defeituoso, fabrico, sobreensão, indução e queda indirecta de raio.**

B. Quando se verifique subtracção, destruição ou deterioração dos bens seguros em consequência ou resultado de furto ou roubo (tentado, frustrado ou consumado) praticado no interior do local de risco e que decorra de qualquer das seguintes circunstâncias:

- 1) Praticado com Arrombamento, Escalamento ou Chave Falsa;**
- 2) Cometido sem Arrombamento nem Escalamento ou Chave Falsa, quando o Segurado provar que o autor ou autores do furto se introduziram furtivamente no local ou nele se esconderam com intenção de furtar;**
- 3) Praticado com violência contra as pessoas que trabalhem ou se encontrem no local de risco, com perigo iminente para a sua integridade física ou para a sua vida, ou colocando-as em qualquer situação, na impossibilidade de resistir.**

Artigo 5.º Exclusões

A. Bens Excluídos

- 1) Ainda que façam parte dos bens seguros, ficam excluídos os componentes e partes de equipamentos ou as substâncias que, devido à sua função ou natureza estejam sujeitas a consumo rápido, maior desgaste ou a uma substituição repetida ou periódica, nomeadamente:**
 - 1. Materiais auxiliares, consumíveis ou de laboração, tais como reveladores fotográficos, fitas de máquinas de escrever, toneres e papéis preparados, películas, suportes de som como fitas magnéticas e discos, sistemas de leitura de som incluindo agulhas de gira-discos e outros da mesma natureza;**
 - 2. Ferramentas de todo o tipo (por exemplo: brocas, frezas, pinças);**
 - 3. Outras peças que, segundo a experiência, requerem uma substituição repetida durante a vida dos bens seguros (por exemplo: fusíveis, fontes de luz, baterias não recarregáveis, filtros).**
- 2) As ampolas e válvulas (por exemplo: as ampolas e válvulas de imagens, de alta frequência, de raios x, de laser) e os portadores de imagens intermédias (por exemplo: tambores de selénio), salvo no caso de danos causados por:**
 - 1. Incêndio, queda de raio, explosão ou meios empregues para os combater e ainda demo-**

lição, remoção ou outras perdas relacionadas com tais eventos;

2. Água;
3. Furto ou roubo.

As indemnizações devidas em caso de danos nas partes mencionadas neste número serão calculadas tendo em conta a depreciação sofrida pelo uso que tais partes tinham imediatamente antes da ocorrência do sinistro, nos termos da Condição Especial Tubos e Válvulas.

B. Riscos Excluídos

Além das exclusões eventualmente acordadas entre o Tomador de Seguro e a Allianz Portugal e mencionadas nas Condições Particulares, ficam expressamente excluídos das garantias do presente contrato:

- 1) Danos que resultem ou sejam agravados em consequência directa ou indirecta de:
 1. Guerra, invasão, actos de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas (haja ou não declaração de guerra), guerra civil;
 2. Comoções civis, manifestações públicas que tomem as proporções de uma insurreição popular ou que se lhe assemelhem, revolta militar, rebelião, insurreição, revolução ou poder militar ou usurpado, toda a acção de qualquer organização cuja actividade vise derrubar pela força o governo de direito ou de facto, ou ainda influenciá-lo pelo terrorismo ou pela violência;
 3. Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros por ordem do governo de direito ou de facto ou de qualquer autoridade pública ou local, salvo se o forem em razão de qualquer risco coberto pelo contrato;
 4. Explosão, libertação de calor e radiações provenientes de desintegração ou fusão de núcleos de átomos ou de radioactividade, assim como os efeitos de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;
 5. Actos de Terrorismo e de Sabotagem, nos termos descritos na Condição Especial E-risk - NMA 2920 exclusão de actos de terrorismo e de sabotagem.
 6. Compete ao Segurado o ónus da prova que demonstre que um dano não se enquadra numa das causas acima descritas.
- 2) Danos por actos ou omissões do Tomador de Seguro e/ou do Segurado ou dos seus legais representantes que se revistam de carácter doloso ou de manifesta negligência.
- 3) Danos resultantes de defeitos ou falhas existentes nos bens seguros à data da celebração deste contrato que sejam ou devessem ser do conhecimento do Tomador de Seguro e/ou do Segurado ou dos seus legais representantes, responsáveis pela exploração técnica dos bens seguros, quer tais falhas ou defeitos tenham ou não sido comunicados à Allianz Portugal.
- 4) Danos devidos a sobrecargas intencionais, ensaios ou experiências que envolvam condições anormais de trabalho.

5) Danos pelos quais sejam legal ou contratualmente responsáveis os fabricantes, distribuidores, vendedores, empresas reparadoras e transportadores.

6) Danos resultantes da continuação em uso de qualquer bem seguro, depois de o mesmo ter sofrido danos indemnizáveis por este contrato, sem que tenha sido feita a sua reparação definitiva e garantido o normal funcionamento.

7) Danos por desgaste, deterioração e envelhecimento, contudo, se, em consequência destes resultarem danos em outras unidades de substituição dos bens seguros, os prejuízos nestas últimas serão indemnizados nos termos deste contrato.

8) Danos internos em componentes ou elementos electrónicos dos bens seguros, entendendo-se que não estão garantidos por este contrato os danos em componentes ou Elementos Electrónicos nos quais não se pode provar, de forma inequívoca, que o dano resultou de uma influência externa sobre a unidade de substituição ou sobre o bem seguro. Contudo, se, em consequência destes resultarem danos em outras unidades de substituição dos bens seguros, os prejuízos nestas últimas serão indemnizados nos termos deste contrato.

9) As simples perdas ou extravios ou os desaparecimentos, descobertos na altura de fazer um inventário.

10) Perdas ou danos causados directa ou indirectamente por falta ou interrupção do fornecimento de corrente eléctrica da rede pública, bem como por falta ou interrupção do fornecimento de gás ou água.

11) Defeitos Estéticos, nomeadamente riscos em superfícies pintadas, polidas, envernizadas ou esmaltadas.

12) Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, ficam também excluídos:

1. Danos que sejam agravados em consequência directa ou indirecta de greves, "lock-out", tumultos, e alterações da ordem publica.
2. Danos directa ou indirectamente resultantes de fenómenos sísmicos, tais como abalos sísmicos, erupções vulcânicas e maremotos, bem como os prejuízos que resultem de incêndio e explosão deles decorrentes.
3. Perdas indirectas de qualquer natureza como sejam as resultantes de paralisação dos bens seguros, do incumprimento de contratos, multas contratuais e no geral, quaisquer lucros cessantes bem como responsabilidades para com terceiros, sejam de que natureza forem.

C. Custos Excluídos

A Allianz Portugal também não indemnizará os seguintes custos:

- 1) Os custos com o fim de investigar, identificar ou reparar falhas operacionais, a menos que tais falhas se devam a danos indemnizáveis, ocorridos nos bens seguros.

- 2) Os custos com os trabalhos, que se inserem ou deveriam inserir, no âmbito dos Acordos de Manutenção, incluindo o custo das partes, componentes ou módulos substituídos durante tais trabalhos.
- 3) Os custos adicionais com reparações provisórias.
- 4) Os custos que, de acordo com o seu tipo e montante, não estejam incluídos no valor seguro.

Capítulo II

Obrigações do Tomador de Seguro e do Segurado

Artigo 6.º Obrigações do Tomador de Seguro e do Segurado

- A. O Tomador de Seguro obriga-se a:
- 1) Pagar pontualmente o prémio devido à Allianz Portugal.
- B. O Tomador de Seguro e/ou o Segurado obrigam-se a:
- 1) Tomar a expensas suas as precauções e cumprir as recomendações que a Allianz Portugal fizer no sentido de evitar a ocorrência de quaisquer perdas ou danos nos bens seguros, bem como cumprir os regulamentos legais e as recomendações do fabricante e/ou do fornecedor relativamente à instalação e funcionamento dos bens seguros;
 - 2) Manter em vigor um contrato de manutenção com o fabricante ou com o fornecedor dos bens seguros, salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares.
- C. O Segurado obriga-se ainda, sob pena de responder por perdas e danos, a:
- 1) Tomar a seu cargo as precauções necessárias para manter os bens seguros em bom estado de conservação e funcionamento. Assegurar-se que não sejam utilizados, habitual e intencionalmente, para além das suas capacidades ou limites técnicos de aplicação e funcionamento previstos pelos fabricantes;
 - 2) Participar o mais rapidamente possível à Allianz Portugal quaisquer alterações que surjam nos bens seguros que respeitem às suas características, uso, lugar de utilização, condições de laboração ou outras que alterem as condições de risco constantes nas declarações anteriormente efectuadas à Allianz Portugal.

Artigo 7.º Declaração do Risco

- A. O Tomador de Seguro ou o Segurado estão obrigados a, antes da celebração do contrato, declarar à Allianz Portugal com exactidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pela Allianz Portugal.

- B. O disposto no número anterior é igualmente aplicável às circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário fornecido pela Allianz Portugal para o efeito.

Capítulo III

Obrigações da Seguradora

Artigo 8.º Obrigações da Seguradora

A Allianz Portugal obriga-se, em caso de sinistro abrangido pelas garantias do presente contrato, a realizar as prestações inerentes à responsabilidade que assume nos termos do Capítulo 1.

Capítulo IV

Valor Seguro

Artigo 9.º Capital Seguro

- A. A determinação do valor seguro é sempre da responsabilidade do Tomador de Seguro, tanto na data da celebração do contrato, como a todo o momento da sua vigência e deverá corresponder, em relação a cada bem seguro:
- 1) Ao valor da lista vigente de preços do bem seguro em estado novo (valor em novo), sempre que exista uma lista actualizada, acrescido dos Custos de Aquisição;
 - 2) Se o bem seguro já não constar da lista de preços, ao valor da última lista de preços de bens em estado novo, acrescido dos custos de aquisição, ajustado de acordo com a evolução dos preços;
 - 3) No caso de não existir lista de preços, à soma dos custos necessários para a fabricação do bem seguro, acrescida de uma margem de comercialização e dos custos de aquisição, considerando a evolução dos preços. Os descontos e/ou preços reduzidos, de que o Tomador de Seguro tenha beneficiado, não devem ser considerados para efeitos da determinação do valor seguro.
- B. A designação das rubricas seguras e as quantias indicadas no contrato não implicam o reconhecimento, por parte da Allianz Portugal, da sua existência ou do valor que lhes é atribuído.

Capítulo V

Formação e Alterações do Contrato

Artigo 10.º Formação do Contrato

- 1) Servem de base ao contrato as declarações prestadas pelo Tomador de Seguro e pelo Segurado, quando não coincidam na mesma pessoa, na Proposta de seguro.

- 2) O Contrato considera-se aceite, em condições normais, sempre que decorridos 14 dias após a recepção da respectiva proposta de seguro, sem que a Seguradora tenha notificado o Tomador de Seguro das condições específicas de aceitação ou da recusa, ou da necessidade de recolher elementos adicionais que considere essenciais à avaliação do risco;
- 3) Para efeitos do disposto na alínea anterior, têm-se como recepcionadas pela Allianz Portugal, as propostas que, comprovadamente, tenham dado entrada na sua Sede Social ou numa das suas Delegações ou Escritórios Comerciais.

Artigo 11.º Nulidade do Contrato

A. Sem prejuízo de outras causas previstas na Lei em vigor, o contrato de seguro é nulo:

- 1) Se o Segurado não tiver um interesse digno de protecção legal relativamente ao risco coberto;
- 2) Se, aquando da sua celebração, a Seguradora, o Tomador do seguro ou o Segurado tiver conhecimento de que o risco cessou.

B. No caso previsto na alínea b) do número anterior:

- 1) O Tomador do seguro tem direito à devolução do prémio pago, deduzido das despesas necessárias à celebração do contrato suportadas pelo segurador de boa fé.
- 2) Em caso de má fé do Tomador do Seguro, a Seguradora de boa fé tem direito a reter o prémio. Presume-se a má fé do Tomador do Seguro, se este (ou o Segurado, sendo distintos), tiver conhecimento, aquando da celebração do contrato de seguro, de que ocorreu sinistro.

Artigo 12.º Transmissão de Direitos

A. No caso de venda ou transmissão de propriedade dos bens seguros, ou de interesses do Segurado nos mesmos, é indispensável para que a Allianz Portugal fique obrigada para com o novo proprietário ou interessado, que essa transferência lhe seja previamente comunicada pelo Tomador de Seguro, pelo Segurado ou pelos seus legais representantes, e que a Allianz Portugal concorde com a manutenção do contrato e emita a correspondente acta adicional.

B. Se a transmissão da propriedade dos bens se verificar por falecimento do Segurado, a responsabilidade da Allianz Portugal subsistirá para com os herdeiros enquanto os respectivos prémios forem pagos.

C. No caso de falência ou insolvência do Segurado, a responsabilidade da Allianz Portugal subsistirá para com a massa falida, nas mesmas condições, pelo prazo de 60 dias. Decorrido este prazo o seguro cessará os seus efeitos, salvo convenção em contrário.

Artigo 13.º Modificação do Risco

A. O Tomador de Seguro e/ou Segurado (Beneficiário) obrigam-se a participar à Allianz Portugal quaisquer factos ou circunstâncias que alterem as condições do risco seguro, por correio registado ou por qualquer outro meio do qual fique registo escrito e no prazo de 8 dias a contar da data em que deles tenham conhecimento.

B. A Allianz Portugal tem o prazo de 30 dias para decidir se vai aceitar ou não a modificação produzida no risco e alterar o prémio estipulado em consequência dessa modificação. Aceitando a Allianz Portugal a alteração comunicada, assim o fará constar em acta adicional à Apólice enviada ao Tomador de Seguro, após o que este dispõe de 8 dias para comunicar à Allianz Portugal que não aceita o agravamento proposto, na referida acta, optando pela consequente resolução do contrato. Se a Allianz Portugal não aceitar ou se o Tomador de Seguro não concordar com o agravamento do prémio proposto, o contrato será resolvido, devendo o Tomador de Seguro ser disso avisado com uma antecedência de 8 dias e ficando com direito à devolução do prémio relativo ao tempo não decorrido.

C. Se, no caso previsto no número anterior, existir Dolo do Tomador de Seguro ou do Segurado, ou se as suas omissões ou falsas declarações puderem ter influído na manutenção do contrato, considerar-se-á Justa Causa para a Resolução do contrato, com efeitos, respectivamente, na data em que a comunicação deveria ter sido feita a Allianz Portugal ou naquela em que as falsas declarações foram prestadas.

D. No caso de, relativamente ao Tomador de Seguro, se verificar cessação ou mudança de actividade, bem como qualquer alteração do pacto social, transmissão do direito de uso da firma ou denominação particular ou trespasse de um estabelecimento comercial, este obriga-se a comunicar tal facto à Allianz Portugal, o mais rapidamente possível e dentro dos 8 dias seguintes à verificação do facto, sob pena de responder por perdas e danos.

Capítulo VI Duração do Contrato

Artigo 14.º Início e Duração do Contrato

A. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares desta Apólice e, desde que o prémio ou fracção inicial seja previamente pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Segurador, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para o início da cobertura, a qual não pode, todavia, ser anterior à da recepção da

proposta entendida de acordo com o estabelecido na alínea c) do Artigo 10º deste contrato.

B. O Contrato termina às vinte e quatro horas do dia previsto como termo do mesmo nas Condições Particulares desta Apólice ou, sendo anual renovável, a data de renovação será a indicada igualmente nas Condições Particulares.

C. Sendo o Contrato anual renovável, o Contrato será automática e anualmente renovado por períodos de um ano, salvo denúncia por qualquer das partes, feita nos termos da alínea b) do artigo seguinte ou anulação por falta de pagamento do Prémio ou de qualquer das fracções.

Artigo 15.º Cessação do Contrato

Nos termos legais, o presente Contrato pode cessar nos seguintes casos:

- Por Caducidade; ou
- Por Denúncia; ou
- Por Resolução; ou
- Por Revogação.

A. A Caducidade verifica-se quando se verifique a extinção da obrigação caucionada e/ou a extinção da obrigação de caucionar. Nestes casos, o Tomador de Seguro terá direito à devolução do prémio correspondente ao período de tempo não decorrido.

B. Desde que respeitando os limites previstos na lei, a Denúncia corresponde à vontade de qualquer das partes de não prorrogar o Contrato celebrado por termo determinado e com prorrogação automática e efectua-se nas seguintes condições:

- 1) Mediante comunicação prévia e escrita, dirigida à outra parte, através qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data de vencimento anual do contrato.
- 2) Com a denúncia, consideram-se extintas, a partir da data em que a mesma produza efeitos, todas as coberturas estabelecidas para o Segurado, salvaguardando-se os direitos eventualmente adquiridos até essa data pelo mesmo.

C. A Resolução pode ocorrer, a todo o momento nos seguintes casos:

1. Por iniciativa da Allianz Portugal, se invocar Justa Causa, determinada nos termos legais e desde que o comunique por escrito ao Tomador de Seguro, a todo o tempo e por qualquer meio do qual fique registo duradouro.
2. Por iniciativa do Tomador de Seguro, havendo Justa Causa, determinada nos termos gerais e desde que o comunique por escrito à Allianz Portugal, a todo o tempo e por qualquer meio do qual fique registo duradouro.

D. A Revogação ocorrerá se o Tomador de Seguro e a

Seguradora, a todo o tempo e por comum acordo, determinarem a cessação do contrato. Se o Tomador de Seguro não coincidir com o Segurado, a Revogação depende do consentimento deste.

Capítulo VII

Prémios

Artigo 16.º Taxa do Prémio

A. A taxa do prémio é fixada pela Allianz Portugal, nos termos da respectiva tarifa, em função dos bens seguros, coberturas e riscos que se pretendam garantir, dos valores a segurar, do período do seguro, bem como de quaisquer outros factos ou circunstâncias consideradas no caso concreto relevantes para a determinação do risco a assumir por aquela.

B. No presente contrato é admissível que, mediante a redução do respectivo prémio bruto, parte do risco determinado em valor, dias ou percentagem, fique a cargo do Tomador de Seguro e/ou Segurado, de acordo com o que for contratado entre as partes e expressamente indicado nas Condições Particulares da Apólice.

Artigo 17.º Pagamento do Prémio

A. O prémio inicial, ou a primeira fracção deste, é devido na data da celebração do contrato.

B. As fracções seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas fracções deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

C. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

D. O prémio de seguro só pode ser pago em numerário, por cheque bancário, transferência bancária ou vale postal, cartão de crédito ou de débito ou outro meio electrónico de pagamento.

E. O pagamento do prémio por cheque fica subordinado à condição da sua boa cobrança e, verificada esta, considera -se feito na data da recepção daquele.

F. O pagamento por débito em conta fica subordinado à condição da não anulação posterior do débito por retractação do autor do pagamento no quadro de legislação especial que a permita.

G. A falta de cobrança do cheque ou a anulação do débito equivale à falta de pagamento do prémio, sem prejuízo da mora do Segurador na percepção do prémio.

Artigo 18.º Falta de pagamento do Prémio

- A. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
- B. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
- C. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - 1) Uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;
 - 2) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - 3) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
- D. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

- 3) Não remover ou alterar os vestígios do sinistro nem consentir que sejam removidos ou alterados sem prévia autorização da Allianz Portugal;
- 4) Preservar as partes danificadas e possibilitar a inspecção das mesmas pelos representantes da Allianz Portugal;
- 5) Informar as autoridades competentes no caso de perda ou dano decorrente de furto ou roubo, quando esta cobertura houver sido contratada.

- B. O Tomador de Seguro e/ou o Segurado devem ainda, sob pena de responderem por perdas ou danos:
 - 1) Usar os meios ao seu alcance para eliminar ou minorar as consequências do sinistro;
 - 2) Empregar os meios ao seu alcance para diminuir ou, pelo menos, não aumentar os prejuízos decorrentes do sinistro, nomeadamente impedindo o funcionamento dos equipamentos sinistrados até que se proceda à sua reparação.

C. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do Art.º 22º, as despesas derivadas do cumprimento de tal obrigação são da responsabilidade da Allianz Portugal, independentemente dos seus resultados, sempre que não sejam feitas desproporcionadamente e desde que, acrescidas à prestação a efectuar pela Allianz Portugal, não ultrapassem o capital seguro.

Artigo 19.º Alteração da Tarifa

No caso de alteração da tarifa e sem prejuízo do disposto no Artigo 13º, destas Condições Gerais, a Allianz Portugal tem o direito de ajustar o prémio com efeito a partir do vencimento seguinte do contrato.

Artigo 21.º Ónus da Prova

Impende sobre o Segurado o ónus da prova da veracidade da reclamação e/ou do seu interesse legal nos bens seguros, podendo a Allianz Portugal exigir-lhe os meios de prova que estejam ao seu alcance.

Capítulo VIII Sinistros

Artigo 20.º Procedimentos a Adoptar em caso de Sinistro

- A. Em caso de sinistro abrangido pelo presente contrato, constituem obrigações do Tomador de Seguro e/ou do Segurado, sob pena de responderem por perdas e danos:
 - 1) Comunicar à Allianz Portugal a verificação de qualquer dos eventos cobertos, o mais rapidamente possível e por escrito, no prazo máximo de oito dias a contar da data do conhecimento, indicando dia, hora, causa conhecida ou presumível e as respectivas consequências;
 - 2) Fornecer as provas e elementos solicitados pela Allianz Portugal bem como quaisquer relatórios, análises ou outros elementos que possua ou venha a possuir relacionados com o sinistro;

Artigo 22.º Determinação dos Prejuízos

A avaliação dos prejuízos resultantes dos danos garantidos por este contrato, será efectuada da seguinte forma:

- A. Havendo lugar a reparação (dano parcial), os prejuízos corresponderão aos custos necessários, para reposição do bem seguro danificado, em condições de funcionamento similares às que tinha imediatamente antes da ocorrência dos danos, incluindo as despesas normais decorrentes dos trabalhos de desmontagem e remontagem necessários às reparações, assim como os encargos com transportes normais, direitos alfandegários e impostos, se incorridos e desde que abrangidos pelo valor seguro. Se as reparações forem efectuadas nas oficinas do Segurado, o valor dos prejuízos corresponderá ao custo dos materiais e da mão-de-obra despendidos para o efeito mais uma percentagem razoável para cobrir os seus gastos administrativos.

Capítulo IX Indemnizações

Salvo quando expressamente mencionado nas Condições Particulares, nenhuma dedução será feita a título de depreciação das partes substituídas.

Se o custo da reparação, calculado nos termos acima previstos, for igual ou superior ao Valor Actual do bem seguro, imediatamente antes da ocorrência dos danos, a determinação dos prejuízos será calculada na forma estabelecida no n.º 2 (dano total).

- B. No caso de destruição total (dano total) de um bem seguro, os prejuízos corresponderão ao Valor Actual do bem.
- C. No caso do Segurado optar pela não reparação do bem danificado (dano parcial) ou pela não aquisição (dano total) de um novo bem ou se já não houver fabrico em série de peças ou órgãos do bem danificado, o pagamento da indemnização fica limitado ao valor de reparação do bem.
- D. A requerimento da Allianz Portugal, as peças substituídas ou os bens danificados, passam para a sua propriedade.
- E. Ao valor dos prejuízos avaliados como se determina no número anterior será abatido o de quaisquer salvados. A diferença representará a indemnização devida pela Allianz Portugal ao Segurado a qual ficará, se for caso disso, sujeita ao rateio previsto no Art.º 23.º e à dedução da franquia convencionada nas Condições Particulares. Quando em consequência de uma mesma ocorrência, resultarem perdas ou danos em mais de um bem seguro, o Segurado apenas suportará o valor da franquia mais elevada, aplicável a qualquer dos bens atingidos.
- F. O valor seguro mencionado nas Condições Particulares, para cada bem seguro ou grupo de bens seguros e no seu todo, representará o limite máximo de responsabilidade da Allianz Portugal em cada sinistro.
- G. A Allianz Portugal apenas suportará as despesas com reparações provisórias que tenham sido feitas com o seu consentimento escrito e desde que as mesmas façam parte das reparações definitivas e não aumentem o seu custo final.
- H. Só quando expressamente acordado e até ao limite para tal fixado nas Condições Particulares, serão liquidadas quaisquer despesas com horas extraordinárias, trabalho nocturno, domingos e dias feriados, bem como fretes especiais.
- I. Não serão consideradas para valor de cálculo dos prejuízos as despesas que excedam o custo normal da reparação por esta não ter sido iniciada dentro do prazo de 2 (dois) meses após o sinistro, sempre que este facto não seja imputável à Allianz Portugal.
- J. O custo de quaisquer alterações, ampliações ou

melhorias no bem sinistrado não é

Artigo 23.º Pagamento da Indemnização

- A. A Allianz Portugal deve, determinadas que sejam as causas, circunstâncias e consequências do sinistro, bem como o valor da indemnização a pagar, satisfazer, a quem for devida, a prestação a que se obrigou nos termos do contrato.
- B. A Allianz Portugal poderá optar entre a indemnização em dinheiro e a reparação ou substituição, por sua conta, dos bens seguros ou peças sinistradas.
- C. Decorridos que sejam 30 dias sobre o apuramento dos factos a que se refere o n.º 1, sem que a Allianz Portugal tenha cumprido com a sua prestação por motivo que lhe as informações que lhe seja imputável, incorrerá em mora.
- D. A Allianz Portugal fica exonerada da obrigação de satisfazer a prestação contratualmente devida se o sinistro for intencionalmente causado pelo Tomador de Seguro ou pelo Segurado.
- E. No acto de pagamento de qualquer prestação ao abrigo das garantias do contrato, a Allianz Portugal poderá proceder ao desconto das quantias que lhe forem devidas pelo Tomador de Seguro e relacionadas com o mesmo contrato.

Artigo 24.º Subseguro

- A. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, se, no momento do sinistro, o Capital Seguro for inferior ao valor dos bens seguros, a Allianz Portugal indemnizará os prejuízos e as despesas previstas no Art.º 20.º na respectiva proporção.
- B. Segurando-se diversas verbas, designadas separadamente, o preceituado no número anterior deste artigo é aplicável a cada uma delas, como se fossem seguros distintos.

Artigo 25.º Sobreseguro

- A. Se, no momento do sinistro, o Capital Seguro exceder o volume dos bens seguros, a Allianz Portugal indemnizará apenas o dano efectivamente causado, bem como as despesas previstas no Art.º 20.º.
- B. Segurando-se diversas verbas, designadas separadamente, o preceituado no número anterior deste artigo é aplicável a cada uma delas, como se fossem seguros distintos.

Artigo 26.º Coexistência de Contratos

- A. O Tomador de Seguro ou o Segurado ficam obrigados a participar a Allianz Portugal, sob pena de responderem por perdas e danos, a existência de outros seguros garantindo o mesmo risco.
- B. Existindo, à data do sinistro, mais de um contrato de seguro com o mesmo objecto e garantia, o presente contrato só funcionará em caso de nulidade, ineficácia ou insuficiência de seguros anteriores.

Artigo 27.º Sub-Rogação

- A. A Allianz Portugal, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogada até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos, acções e recursos do Segurado contra os Terceiros responsáveis pelo sinistro, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efectivar esses direitos.
- B. O Tomador de Seguro e o Segurado responderão por perdas e danos por qualquer acto ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

Artigo 28.º Reconstituição do Valor Seguro

Após a ocorrência de um sinistro, o valor seguro ficara, no período de vigência deste contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente as indemnizações pagas, assistindo ao Tomador de Seguro a faculdade de reconstituir o valor seguro, pagando o prémio suplementar correspondente.

Artigo 29.º Pagamento da Indemnização a Credores

- A. Quando a indemnização for paga a credores hipotecários, pignoratícios ou outros em favor dos quais o seguro tiver sido feito, a Allianz Portugal poderá exigir-lhes, ainda que o contrato tenha sido por eles efectuado e em seu próprio benefício, que o pagamento se faça em termos que validamente permitam o distrato ou a exoneração da dívida, na parte relativa ao valor indemnizado.
- B. A faculdade referida no número anterior não constitui uma obrigação para a Allianz Portugal, nem implica para ela qualquer responsabilidade.

Capítulo X Disposições Finais

Artigo 30.º Âmbito Territorial

As garantias do presente contrato apenas têm validade para riscos situados no território português.

Artigo 31.º Inspecção do Risco

- A. A Allianz Portugal pode, sem necessidade de prévio aviso, mandar inspecionar, por representante credenciado e mandatado, os bens seguros e verificar se são cumpridas as Condições Contratuais, obrigando-se o Segurado a fornecer as informações que lhe forem solicitadas.

- B. A recusa injustificada do Segurado e/ou do Segurado ou de quem o represente, em permitir o uso da faculdade mencionada, confere à Allianz Portugal Justa Causa para proceder à resolução do contrato, mediante notificação por correio registado, com a antecedência mínima de 8 dias, sem que por isso fique obrigada a qualquer estorno de prémio.

Artigo 32.º Regime de Co-seguro

Sendo o presente contrato estabelecido em regime de co-seguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na cláusula uniforme de Co-seguro.

Artigo 33.º Comunicações e Notificações entre as Partes

- A. As comunicações ou notificações que cada uma das partes faça à outra, no âmbito do presente contrato, só se consideram de plena eficácia desde que efectivadas por escrito, ou por qualquer meio de que fique registo duradouro.
- B. A Allianz Portugal só está obrigada a enviar as comunicações previstas no presente regime se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando -se validamente efectuadas se remetidas para o respectivo endereço constante do contrato

Artigo 34.º Legislação Aplicável e Interpretação

- A. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
- B. Em caso de dúvida na interpretação de qualquer disposição deste contrato, prevalece o sentido mais favorável ao Tomador do Seguro e/ou Segurado.

Artigo 35.º Arbitragem

As divergências que possam surgir em relação à aplicação deste contrato de seguro podem ser resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da lei em vigor.

Artigo 36.º Reclamações

1. Qualquer reclamação, pode ser apresentada por correio, por meio eletrónico, ou telefonicamente, para o nosso Centro de Contacto com Clientes (através dos contactos referidos nas Condições Particulares).

2. Também pode recorrer ao Provedor do Cliente Allianz (através dos contactos referidos nas Condições Particulares), após 20 dias sem que tenha recebido resposta à reclamação apresentada, ou caso discorde da mesma (este prazo será prolongado para 30 dias nos casos de especial complexidade). O Provedor do Cliente, é um órgão independente com o objetivo de analisar as reclamações dos Clientes e de dar conselhos/pareceres de forma imparcial.
3. Sem prejuízo do recurso aos Tribunais, o Tomador do Seguro e os Segurados também poderão solicitar a intervenção do Instituto de Seguros de Portugal - Autoridade de Supervisão da Actividade Seguradora -, quando tenham alguma reclamação a apresentar, relativamente ao Contrato.

Artigo 37.º Sigilo e Protecção dos Dados Pessoais

A Allianz Portugal, através dos seus representantes, funcionários, agentes ou colaboradores, garante o rigoroso cumprimento da Lei de Protecção dos Dados Pessoais e guarda segredo de todas as informações de que tenha tomado conhecimento no âmbito da celebração ou da execução de um contrato de seguro, ainda que o contrato não se tenha celebrado, seja inválido ou tenha cessado.

Artigo 38.º Foro

O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente deste contrato é o determinado nos termos legais.

Nota Importante: A presente simulação foi efetuada com base nos dados indicados pelo Cliente JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Elaborado em PORTIMAO a 13 Junho 2013

PROJETO

PROJETO

PROJETO

O seu mediador de seguros na Allianz



JOAO LUIS MARQUES UNIPessoal LDA

Mediador 408273221/3

QTA TROIA ED - O PRESIDENTE - LOJA 36
8500-550 PORTIMAO
Tel: 282498025

jlmseguros@gmail.com

www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Rua Andrade Corvo, 32

1069-014 Lisboa

Telefone +351 213 165 300

Telefax +351 213 165 570

e-mail: info@allianz.pt

Capital Social € 39.545.400

CRC Lisboa 2 977

Pessoa Coletiva 500 069 514



No âmbito da prestação de Serviços Inerentes à
Actividade de Seguros: Ramos Vida, Saúde,
Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes
Pessoais, Multiriscos (Habitação, Comércio e
Condomínio), Responsabilidade Civil (Caçadores,
Vida Privada e Foguetes).